



2º ADENDO AO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2016

O Presidente da Câmara Municipal de Vargem Alegre de uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em observância aos preceitos constitucionais atinentes à matéria, torna público as seguintes modificações ao Anexo V do Edital de Concurso Público 001/2016:

ANEXO V

PROGRAMA DE PROVAS

PROGRAMA DE PROVA PARA O CARGO DE:

✓ **ADVOGADO**

I - DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, conteúdo, estrutura e classificação; interpretação e aplicação das normas constitucionais. 2) Poder constituinte; 2.1 - Emenda à Constituição. 3) Hierarquia das normas jurídicas. 3.1 - Princípio da supremacia da Constituição. 3.2 - Controle de constitucionalidade: difuso e concentrado. 4) Conceitos do Estado e de Nação. 4.1 - Elementos constitutivos do Estado. 4.2 - Formas de Estado, Formas de Governo. 5) Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder. 5.1 - Estado Federal. 5.2 - União. 5.3 - Estados Federados. 5.4 - Municípios: criação, competência e autonomia. 5.5 - Repartição de competências. 6) Sistema Tributário Nacional. 7) Princípios gerais da administração pública. 7.1 - Servidores públicos. 8) Poder Legislativo. 8.1 - Estrutura e funções. 8.2 - Organização, funcionamento atribuições. 8.3 - Processo legislativo. 8.4 - Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 9) Poder Executivo: atribuições e responsabilidades. 9.1 - Estrutura e funções. 9.2 - Crimes de responsabilidade. 10) Poder Judiciário: jurisdição, organização, competência e funções. 10.1 - Súmulas Vinculantes. 11) Finanças Públicas. 11.1 - Normas gerais. 11.2 - Orçamento Público. 12) Direitos e garantias fundamentais. 12.1 - Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, 12.2 - Ação Civil Pública e Ação Popular. 13) Ordem econômica e financeira. 14) Da Política Urbana.

II - DIREITO ADMINISTRATIVO: 1) Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2) Princípios gerais e constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 3) Organização administrativa: administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. 4) Atos administrativos. 4.1 - Conceito, requisitos, elementos pressupostos e classificação. 4.2 - Vinculação e discricionariedade. 4.3 - Revogação, invalidação e convalidação. 5) Licitação (Lei 8666/93 e Lei 10.520/02). 5.1 - conceito, finalidades, princípios e objeto. 5.2 - Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. 5.3 Modalidades. 5.4 - Procedimento, revogação e anulação. 5.5 - Sanções penais. 5.6 - Normas Gerais de licitação. 6) Contratos administrativos. 6.1 - Conceito, peculiaridades e interpretação. 6.2 - Formalização. 6.3 Execução, inexecução, revisão e rescisão. 7) Agentes públicos. 7.1 - Servidores públicos: normas constitucionais; direitos e deveres; responsabilidades dos servidores públicos (LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal). 7.2 - Poderes administrativos. 8) Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativo. 9) Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos; administração, utilização e alienação dos bens públicos; imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos; aquisição de bens pela administração. 10) Responsabilidade civil da administração: conceito, tipos e formas de controle. 11) Desapropriação. 12) Poderes administrativos. 13) Improbidade Administrativa (Constituição Federal e Lei 8429/92). 14) Processo administrativo. 14.1) Processo administrativo disciplinar.

III - DIREITO TRIBUTÁRIO: 1) Sistema Tributário Nacional. 2) Princípios constitucionais tributários. 3) Competência tributária. 3.1 – competência tributária. 3.2 - limitações da competência tributária. 3.3 – capacidade tributária ativa. 4) Fontes do Direito Tributário. 4.1 - Hierarquia das normas. 4.2 - Vigência e aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço. 4.3 - Incidência, não incidência, imunidade, isenção e diferimento. 5) Obrigação tributária: principal e acessória; fato gerador; efeitos, validade ou invalidade dos atos jurídicos. 5.1 - Sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. 5.2 – Solidariedade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM
ALEGRE – MG
ESTADO DE MINAS GERAIS**



EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

5.3 - A imposição tributária. 5.4 - Domicílio tributário. 6) Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade nas infrações, responsabilidade dos diretores e gerentes das pessoas jurídicas de direito privado por dívidas sociais. 7) Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. 7.1 - Modalidades, suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. 8) Administração tributária: fiscalização, sigilo, auxílio da força pública, excesso de exação. 9) Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez, consectários. 10) Certidões negativas. 11) As grandes espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios. 12) Evasão e elisão tributárias. 13) Noções dos processos administrativo e judicial tributário. 14) Crimes contra a ordem tributária. 15) Execução fiscal. 16) Lei de Diretrizes Orçamentárias. 17) Controle e fiscalização financeira: sistema de controle externo e interno, Tribunal de Contas.

IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1) Direito Processual: Conceito. 2) Os meios adequados de solução de conflitos. 3) Movimentos de acesso à justiça e seus desdobramentos no Brasil: instrumentalidade, efetividade e adequação. 4) Normas Fundamentais e Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5) A Norma Processual. 6) Jurisdição. 7) Desjudicialização e as hipóteses de transferência das hipóteses de jurisdição voluntária para a estrutura cartorária. 8) Organização Judiciária Federal e Estadual. 9) Conselho Nacional de Justiça. 10) A ação e o direito de defesa. 10.1. Condições para o regular exercício do direito de ação. 11) Competência. 11.1. Incompetência. 11.2. Competência interna e internacional. 11.3. Modificação da competência. 12) Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 13) Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 14) Intervenção anômala da União. 15) *Amicus Curiae*. 16) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 17) O Advogado: o Estatuto da OAB e o Código de Ética. 18) Advocacia Pública e Defensoria Pública. 19) O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 19.1. Poderes e deveres dos magistrados. 19.2. Suspeição, impedimento e responsabilidade civil dos juízes. 20) Os auxiliares da Justiça. 21) O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22) Processo. Classificação dos Processos. 22.1. Processo de conhecimento. 22.2. Processo de execução. 22.3. Modalidades de procedimentos: procedimento comum e procedimentos especiais. 23) Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes. 23.1. A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2. Responsabilidade por dano processual. 23.3. Dever de colaboração. 24) Processo Eletrônico. 24.1. A Lei 11.419/2006 e os atos normativos do CNJ. 25) Atos Processuais. 25.1. Teoria Geral e Espécies. 25.2. Nulidades. 25.3. Ineficácia. 25.4. Convenções processuais. 25.5. Processo calendário. 25.6. ordem pública processual. 26) Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27) Objeto da Cognição: Questões Prévias. 27.1. Conceito. 27.2. Questão Prévia Preliminar. 27.3. Questão Prévia Prejudicial. 27.4. Questão Principal. 28) Juizados Especiais. 28.1. Juizados Especiais Cíveis. 28.2. Juizados Especiais Federais. 28.3. Juizados da Fazenda Pública. 29) Tutela Coletiva. 29.1. Espécies de direitos metaindividuais. 29.2. Princípios da tutela coletiva. 29.3. Inquérito civil. 29.4. Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5. Audiência Pública. 29.6. Recomendação. 29.7. A mediação na tutela coletiva. 29.8. A tutela coletiva e a ordem econômica. 30) A Fazenda Pública em Juízo. 30.1. A mediação e a Administração Pública. 31) Processo de conhecimento. 31.1. Petição Inicial. 31.2. Valor da causa. 32) Citação. 32.1. Efeitos e modalidade de citação. 33) Formação e suspensão do processo. 33.1. Estabilização da demanda. 33.2. Suspensão própria e imprópria. 34) Resposta do réu. 34.1. Espécies de defesa. 34.2. Arguição de impedimento e suspeição. 34.3. Contestação. 34.4. Reconvenção. 35) Revelia. 35.1. Efeitos da revelia. 36) Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 37) Alegações do réu. 38) Julgamento conforme o estado do processo: Extinção parcial e total do processo. 38.1. Julgamento antecipado total e parcial da lide. 38.2. Audiência de conciliação e de mediação. 38.3. Despacho saneador. 38.4. Julgamento liminar de improcedência. 39) Extinção do processo. 39.1. Sentença definitiva e terminativa. 39.2. Coisa julgada material e formal. 40) Tutelas Provisória: urgência e evidência. 40.1. Tutela de urgência cautelar e antecipatória. 40.2. Tutela de urgência antecedente e incidente. 40.3. Estabilização da tutela antecipada. 40.4. A tutela provisória em face da Fazenda Pública. 40.5. Tutela inibitória. 41) Teoria Geral das Provas. 41.2. Meios de prova. 41.3. Ônus da prova: carga estática e dinâmica da prova. Inversão do ônus da prova. 41.4. Provas lícitas, ilícitas, legítimas e ilegítimas. 41.5. Prova emprestada. 41.6. Prova indiciária. 41.7. Sistema de valoração da prova. 41.8. Fases do procedimento probatório. 41.9. Poderes probatórios do juiz. 42) Provas em espécie. 43) Audiência de instrução e julgamento. 44) Memorais e alegações finais. 45) Sentença. 45.1. Elementos essenciais da sentença. 45.2. Dever de motivação analítica das decisões judiciais. 45.3. Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer e entrega da coisa. 46) Coisa Julgada. 46.1. Formação. 46.2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 46.3. Preclusão. 46.4. Sistema das preclusões dinâmicas. 46.5. As questões prejudiciais e a coisa julgada. 47) Teoria Geral dos Recursos. Legitimidade e Interesse para recorrer. 47.1. Princípios relativos aos recursos. 48) Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 48.1. Apelação. 48.2. Agravo. 48.3. Agravo interno.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM
ALEGRE – MG
ESTADO DE MINAS GERAIS**



EDITAL DE ABERTURA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

48.4. Agravo de Instrumento. 48.5. Agravo nas hipóteses de inadmissão de recursos especial e extraordinário. 48.6. O prosseguimento do julgamento na hipótese do art. 942 do CPC/2015. 48.7. Embargos de Declaração. 48.8. Embargos de declaração com efeitos infringentes. 48.9. Embargos de declaração prequestionatórios. 48.10. Embargos de declaração protelatórios. 48.11. Uso dos meios eletrônicos. 49) Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 49.1. O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores. 50) Da Ordem dos Processos no Tribunal. 50.1. Precedentes. 50.2. Reclamação. 50.3. Súmulas. 50.4. Incidente de assunção de competência. 50.5. Incidente de resolução de demandas repetitivas. 50.6. Julgamento repetitivo de recursos especiais e extraordinários. 50.7. Repercussão geral. 51) Incidentes e ações autônomas de impugnação. 51.1. conflito de competência. 51.2. Declaração de Inconstitucionalidade. 51.3. Homologação de decisão estrangeira. 51.4. Ação Rescisória. 51.5. Ação anulatória. 52. Teoria geral da execução. 52.1. Princípios da Execução. 52.2. Meios de execução. 52.3. As partes na relação processual executiva. 52.4. Liquidação de Sentença. 52.5. Requisitos da Execução. 52.6. Inadimplemento do devedor. 52.7. Título Executivo. 52.8. Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 52.9. Cumulação de Execuções. 52.10. Responsabilidade Patrimonial. 52.11. Fraude à execução e fraude contra credores. 52.12. Cumprimento de sentença: teoria geral e espécies de procedimentos. 52.13. O protesto da decisão judicial. 52.14. A negativação do nome do devedor. 52.15. A hipoteca judiciária. 52.16. A penhora on line e seu procedimento. 53) Suspensão e Extinção da Execução. 54) Defesa do Executado. 54.1. A impugnação. 54.2. Embargos à Execução. 54.3. Objeção de pré-executividade. 54.4. A defesa do Executado após a apresentação dos embargos. 54.5. Os embargos de terceiro e a atividade executiva. 55) Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. 56) Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e procedimentos especiais previstos em legislação extravagante. 57) Usucapião no Estatuto da Cidade. 58) Alienação fiduciária em garantia. 59) Registros Públicos. 60) Usucapião especial. 61) Direito Intertemporal. 62) Disposições finais e transitórias do CPC/2015. 62.1. Conflito de leis no tempo. 63) Aplicação do CPC/2015 aos processos iniciados antes de sua vigência. 64) Aplicação das normas do CPC/2015 aos procedimentos especiais previstos em leis extravagantes. 65) Ação Civil Pública. 66) Ação Popular. 67) Mandado de Segurança.

V - DIREITO CIVIL: 1) Das pessoas (naturais e jurídicas) 1.2 – Capacidade e estado das pessoas. 1.2.1 - Emancipação. 1.3 - Domicílio e residência. 2) Dos bens. 3) Dos Fatos jurídicos. 3.1 - Negócio jurídico. 3.2 - Atos jurídicos lícitos. 3.3 - Atos jurídicos ilícitos. 4) Prescrição e decadência. 5) Da prova. 6) Direitos das obrigações. 6.1 - Conceitos e fontes. 6.2 - Das modalidades das obrigações. 6.3 - Do adimplemento e extinção das obrigações: conceitos gerais. 6.4 - Do inadimplemento das obrigações: mora; perdas e danos; juros legais; cláusula penal. 7) Dos contratos em geral. 7.1 - Disposições gerais. 7.2 - da formação dos contratos. 7.3 - Vícios redibitórios. 7.4 - Da evicção. 7.5 - Da extinção do contrato. 7.6 - Do distrato. 7.8 - Da cláusula resolutiva. 7.9 - Da exceção do contrato não cumprido. 7.10 - Da resolução por onerosidade excessiva. 8) Da responsabilidade civil. 8.1 - Responsabilidade contratual e extracontratual. 8.2 - Responsabilidade objetiva e subjetiva. 8.3 - Obrigação de indenizar. 8.4 - Do dano e sua reparação. Sugestão

SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA:

BASTOS Celso R. Curso de Direito Constitucional. BRASIL. Constituição da Republica Federativa Atualizada. MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional, Atlas, S. Paulo; SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros. BARBI, Celso A. Do Mandato de Segurança. BRASIL. Lei nº 8666/93, e suas alterações. _____. Lei nº 10.520/02, e suas alterações. _____. Decreto-Lei nº 201/67, e suas alterações. DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, Lumen Juris. Legislação Correlata de Direito Administrativo. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. _____, Direito Municipal Brasileiro. _____, Licitação e Contrato Administrativo. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros. BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro, Forense. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Editora Renovar. CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro, Atlas. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Legislação Correlata de Direito Civil e Processo Civil. DIDIER Jr. ,Fredie. Curso de Direito Processual Civil - Reescrito Com Base No Novo CPC. Juspodivm. THEODORIO, Jr. Curso de Direito Processual Civil. CÓDIGO CIVIL. MARIO, Caio. Direito Civil Brasileiro. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil. Sumulas e Informativos do S.T.J. e S.T.F. Outras publicações que abrangem o programa proposto.